

Correio da Justiça do Trabalho



Ano 2 – Número 42 – 27 de agosto de 2012

PJe-JT

Divulgada lista de TRTs “Padrinhos” para expansão do PJe-JT

A presidência do CSJT divulgou, dia 22 de agosto, a lista dos TRTs que atuarão, no segundo semestre de 2012, como “padrinhos” de outros tribunais durante as instalações do PJe-JT. Veja a relação:

TRT “Padrinho”	TRT “Afilhado”
1ª Região (RJ)	13ª Região (PB)
5ª Região (BA)	4ª Região (RS)
7ª Região (CE)	8ª Região (PA-AP)
10ª Região (DF-TO)	6ª Região (PE)
12ª Região (SC)	17ª Região (ES)
15ª Região (SP- Campinas)	3ª Região (MG)
18ª Região (GO)	14ª Região (RO-AC)
20ª Região (SE)	19ª Região (AL)
22ª Região (PI)	11ª Região (AM-RR)
23ª Região (MT)	9ª Região (PR)
24ª Região (MS)	16ª Região (MA)

As ações seguirão o cronograma detalhado definido pelo CSJT para cada implantação. Os tribunais “padrinhos” auxiliarão os “afilhados” em diversas atividades, sobretudo naquelas relacionadas à montagem de infraestrutura, treinamento de administradores e parametrização, treinamento de servidores, simulação na vara do trabalho piloto (1º grau) e no TRT (2º grau), e operações assistidas.

A indicação de tribunais para a parceria foi solicitada pelo presidente do CSJT, ministro João Oreste Dalazen, aos presidentes dos 12 TRTs que já usam o PJe-JT durante reunião do Coleprec, dia 9 de agosto.

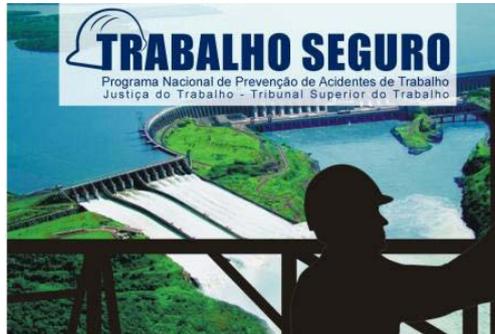
(Patrícia Resende/CSJT)

Segunda turma de magistrados multiplicadores do PJe-JT conclui formação

A 2ª turma de formadores em PJe-JT concluiu, semana passada, curso de capacitação para uso do sistema. O treinamento foi promovido pela Enamat e pelo CSJT, com objetivo de preparar os magistrados para atuarem como multiplicadores de conhecimento. “Somos todos precursores de um momento histórico na Justiça do Trabalho, de mudança de paradigma, que é a transição do processo físico para o virtual. As Escolas Judiciais, em conjunto com a Enamat, têm o importante papel de formar multiplicadores com qualidade, para que possam compartilhar conhecimento com os demais juízes”, afirmou o ministro Aloysio Corrêa da Veiga, diretor da Enamat, na abertura do curso. [Leia mais.](#)

(Ascom/CSJT, com informações da Enamat)

Notícias



Itaipu Binacional passa a fazer parte do Programa Trabalho Seguro

A Itaipu Binacional é a primeira empresa a aderir ao Programa Trabalho Seguro. A partir da assinatura de um protocolo de cooperação técnica dia 24 de agosto, em Foz do Iguaçu, a maior hidrelétrica do mundo passa a integrar o programa criado pelo TST e CSJT, que tem por objetivo reduzir o número de acidentes de trabalho no país. “O caminho para o

Brasil é a educação. Os acidentes ocorrem quando falha a prevenção por falta de educação para o trabalho”, afirmou o presidente do TST e CSJT, ministro João Oreste Dalazen.

Apesar de signatário da Convenção 155 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), o país ainda não cumpre o artigo que determina a inserção, no currículo escolar, de matéria que poderá reduzir os milhares de acidentes que matam cerca de 2,8 mil trabalhadores por ano. “O Brasil deve incluir no currículo das escolas de ensino fundamental uma disciplina de trabalho seguro, para ensinar aos jovens – futuros empregados e empresários – a formarem uma consciência de prevenção dos acidentes de trabalho”, explicou.

Durante a cerimônia, que teve a presença do diretor-geral brasileiro da Itaipu Binacional, Jorge Samek, e do prefeito de Foz do Iguaçu, Paulo Mac Donald Ghisi, entre diversas autoridades, foram apresentados os programas relacionados à Saúde do Trabalhador desenvolvidos pela empresa.

Acordo - O termo de cooperação prevê que a Itaipu faça um levantamento de dados relativos a acidentes do trabalho na usina e inclua as informações num banco de dados nacional, para análise das ocorrências mais comuns em cada setor da indústria e estudo das formas de prevenção. Também deverá ser criado um comitê interinstitucional na região para planejar, propor e promover práticas de prevenção de acidentes, bem como de fortalecimento da política nacional de segurança do trabalho. [Veja a matéria completa.](#)

(Rafaela Alvim/TST)



Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil define ações em primeira reunião

A primeira reunião da Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil e da Proteção ao Trabalho Decente do Adolescente foi realizada no TST dia 23 de agosto. No encontro, foram definidas as ações que serão desenvolvidas pela Comissão, com atenção especial para a realização do Seminário Trabalho Infantil, Aprendizagem e Justiça do Trabalho, que ocorrerá de 09 a 11 de outubro deste ano, no TST.

Coordenada pelo ministro Lelio Bentes Corrêa, a Comissão foi Instituída por [ato conjunto do TST e do CSJT nº 21/2012](#). O objetivo é desenvolver ações, projetos e medidas em prol da erradicação do trabalho infantil no Brasil e da proteção ao trabalho do adolescente. Ela tem como parâmetro o dever institucional e a responsabilidade social da Justiça do Trabalho de atuar ativamente na implementação de políticas pela erradicação do trabalho infantil.

Além do ministro Lelio Bentes, a Comissão é composta pelos juízes Marcos Neves Fava (auxiliar da Presidência do TST), Andrea Saint Pastous Nocchi (4ª Região-RS), Paula Maria Pereira Soares (8ª Região-PA/AP), José Roberto Dantas Oliva (15ª Região-Campinas/SP), Platon Teixeira de Azevedo Neto (18ª Região-GO), Zéu Palmeira Sobrinho (21ª Região-RN).

Competência da Justiça do Trabalho - A Comissão de erradicação do trabalho infantil é resultado do trabalho desenvolvido anteriormente pela Comissão Nacional de Erradica-

Notas

III Simpósio de Gestão de Pessoas discute modelo de gestão por competência

O III Simpósio Nacional de Gestão de Pessoas da Justiça do Trabalho discutiu, nos dias 22 e 23 de agosto, no TST, a gestão de pessoas por competências, modelo adotado para Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus, mediante a [Resolução CSJT nº 92/2012](#). O simpósio, promovido pelo CSJT, foi aberto pelo presidente do TRT da 8ª Região (PA-AP) e conselheiro do CSJT, desembargador José Maria Quadros de Alencar. Participaram representantes dos 24 Tribunais Regionais.

José Maria Quadros ressaltou que “o modelo de gestão por competências que estamos implantando facilita essa caminhada na transição entre o modelo antigo, da especialização rígida, para o futuro, da especialização flexível”. No segundo dia do evento foram apresentadas experiências dos seis TRTs que já implantaram ou estão implantando o modelo. No encerramento foi apresentada proposta de metodologia de implantação e dos requisitos de solução tecnológica pelo comitê nacional de Gestão de Pessoas por Competências.

(Patrícia Resende/CSJT)

Justiça unificará valores de assistência médica e odontológica até 2015

Em negociação junto à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, os tribunais superiores e conselhos garantiram a ampliação do limite da Proposta Orçamentária de 2013 para unificar os valores do benefício Assistência Médica e Odontológica no âmbito do Poder Judiciário até 2015. Na Justiça do Trabalho, o valor mensal do benefício foi fixado em R\$ 210,00 para cada servidor e magistrado ativo, inativo e pensionista. Com o acordo firmado junto ao Poder Executivo, os valores do benefício serão aumentados, nos anos subsequentes. Veja [a matéria completa, com a tabela](#).

(Ascom/CSJT)

Fale com o presidente
caroscolegas@tst.jus.br

Expediente



Presidente

Ministro João Oreste Dalazen

Vice-Presidente

Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

Ministro Antônio José de Barros Levenhagen

Correio da Justiça do Trabalho

Ano 2 – Número 42 – 27 de agosto de 2012

Secretaria de Comunicação Social do TST

Assessoria de Comunicação do CSJT

Contato: caroscolegas@tst.jus.br

ção do Trabalho Infantil, criada em 4 de maio pelo [Ato CSJT.GP.SG Nº 99](#), com o objetivo de definir estratégias de ação no combate ao trabalho infantil e regularização do trabalho adolescente. A comissão estudou estratégias para confirmar a competência da Justiça do Trabalho na análise de pedidos de alvarás a menores de 16 anos que queiram exercer atividades remuneradas. Apesar de o trabalho ser proibido nessa faixa etária, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos, a Consolidação das Leis do Trabalho permite que seja expedida autorização para menores de 14 anos quando a atividade for “indispensável para a subsistência do menor, de seus pais, avós e irmãos”.

(Augusto Fontenele e Rafaela Alvim/TST)



Abertas as inscrições para o Seminário “Trabalho infantil, aprendizagem e Justiça do Trabalho”

Estão abertas a partir desta segunda-feira, dia 27, no [hotsite do evento](#), as inscrições para o seminário “Trabalho infantil, aprendizagem e Justiça do Trabalho”, que terá lugar no TST, de 9 a 11 de outubro. O encontro, que será aberto pelo ativista indiano indicado ao Prêmio Nobel da Paz dem 2006, [Kailash Satyarthi](#), buscará disseminar o debate sobre as relações da criança

e do adolescente com o mundo do trabalho, levando problemas e propostas de solução para o combate ao trabalho infantil no Brasil e no mundo. O encontro tem como público alvo magistrados, procuradores, instituições, auditores fiscais do trabalho, servidores, professores e estudantes.

(Marta Crisóstomo/TST)

TST realiza posse solene de Hugo Scheuermann e Alexandre Belmonte

Os novos ministros do TST, [Hugo Carlos Scheuermann](#) e [Alexandre de Souza Agra Belmonte](#) tomaram posse solene dia 22 de agosto, no Tribunal. O evento foi conduzido pelo presidente do Tribunal e do CSJT, ministro João Oreste Dalazen, e contou com a participação dos ministros do TST. Estiveram presentes autoridades como o procurador-geral do Trabalho, Luis Camargo; o presidente da OAB, Ophir Cavalcante Júnior; o advogado-geral da União, Luis Inácio Lucena Adams; o nuncio apostólico no Brasil, dom Giovanni D’Aniello e o presidente do TJDF, desembargador João de Assis Mariosi.

A cerimônia foi de ratificação de posse, pois a solenidade formal foi realizada em julho. No evento, os ministros leram o compromisso e assinaram o termo de posse. Os novos ministros ocupam as vagas reservadas à magistratura abertas com a nomeação da ministra Rosa Maria Weber para o STF e a aposentadoria do ministro Milton de Moura França. Na nova composição do TST, o ministro Scheuermann integra a Primeira Turma, e Belmonte, a Terceira. Os dois participam ainda da Subseção 2 Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2). Confira [aqui](#) a composição atualizada das Seções Especializadas e das Turmas do TST.

(Augusto Fontenele e Rafaela Alvim/TST)

Ministro Godinho analisa em livro o papel do Direito do Trabalho na Constituição

A Constituição brasileira “dá uma importância exponencial ao Direito do Trabalho”, via princípios como o da dignidade da pessoa humana, da valorização do trabalho e do emprego e da subordinação da propriedade à sua função social e ambiental. “O Direito do Trabalho é a realização de todos esses princípios, e é esse tipo de relacionamento e vinculação que procuramos ressaltar no livro”, explicou o ministro Mauricio Godinho Delgado, no lançamento do livro “[Constituição da República e Direitos Fundamentais - Dignidade da Pessoa Humana, Justiça Social e Direito do Trabalho](#)”, de autoria dele e da professora da Universidade de Brasília (UnB), Gabriela Neves Delgado.

Lançado no TST no último dia 21, a obra faz uma análise do Direito Constitucional e do papel que o Direito do Trabalho cumpre na Constituição de 1988. De acordo com a professora Gabriela Delgado, a obra resulta de uma parceria intelectual de longo tempo dos dois autores. Ela defendeu que a interlocução entre o Direito Constitucional e do Trabalho é necessária e que “precisa ser feita permanentemente nos diversos órgãos jurídicos institucionais e na academia”. O livro é editado pela LTr Editora.

(Augusto Fontenele/TST)

